

Análise processual do programa Empreendedor Rural do Senar-PE¹

Renan Silva Ferreira²
Almir Silveira Menelau³

Resumo – O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão acerca da capacitação profissional dos trabalhadores contemplados com as atividades do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Pernambuco (Senar-PE), que busca treinar o trabalhador rural por meio de uma nova visão de desenvolvimento do campo e de suas relações estabelecidas. A pesquisa é de caráter qualitativo e usa dados documentais e entrevista estruturada. Adota metodologicamente o modelo processual, que faz um diagnóstico da atuação do Senar-PE com foco no Programa Empreendedor Rural. Os principais resultados pontuam oportunidades e investimentos sólidos e mostram que foram atingidos os objetivos esperados do empreendedorismo rural e que houve êxito quanto às atividades de formação do Senar.

Palavras-chave: empreendedorismo rural, ensino a distância, modelo processual.

Process analysis of the rural entrepreneur program of Senar-PE

Abstract – This article aims to promote a reflection on the professional qualification of workers contemplated with the activities of the National Rural Learning Service of Pernambuco (SENAR-PE), which seeks to train the rural worker through a new vision of field development and their established relation. A qualitative research, carried out through documentary data and structured interviews, being methodologically contemplated by a process model, diagnosing a SENAR-PE performance focused on the Rural Entrepreneur Program. The main results point to solid opportunities and investments, reaching the expected objectives for rural entrepreneurship, as well as assuming success in the amount of training, consolidating an affirmation of the development of the field in light of SENAR activities, opening discussions about its structure in the current scenario.

Keywords: rural entrepreneurship, distance learning, elated searches.

Introdução

A discussão sobre política pública torna-se necessária para que se perceba as diversas faces dessa ação. A política, no sentido lato, segundo Heidemann (2009) é tida como teoria ou conhe-

cimento de fenômenos ligados à regulamentação e ao controle da vida humana em sociedade, como também à organização e à administração de esferas das mais simples às mais complexas. Desse esquema conceitual, define-se também a

¹ Original recebido em 22/6/2017 e aprovado em 12/12/2017.

² Bacharel em Administração, mestre em Administração e Desenvolvimento Rural. E-mail: renan.demolay_178@hotmail.com

³ Doutor em Economia, professor da UFRPE. E-mail: almirmenelau@yahoo.com.br

expressão “política pública”, que simboliza, por exemplo, a alocação de valores sociais projetados com metas, valores e práticas que contêm um propósito.

Com isso, esses desafios para o Estado, sociedade e demais atores são determinantes para a formulação de políticas. O cunho educacional, por exemplo, figura-se como importante, pois contempla um dos principais fatores de desenvolvimento do país, visa atingir setores da educação em si e da profissionalização, que fixa um eixo entre saúde, bem-estar, renda, segurança, qualidade de vida e qualificação profissional.

Fatores como baixo nível de escolaridade, evasão do sistema educacional – que geram uma situação em que não são atendidas as exigências do mercado, além da desatualização e da redução do dinamismo às mudanças tecnológicas e gerenciais –, metodologia falha de ensino e de combate ao desemprego são apontados por Alves & Vieira (1995) como estrangulamentos sociais que preocupam o mercado e a qualidade de vida da população em si.

Desta forma, Dye (1999), ao apresentar o modelo chamado processual, visualiza o processo político como uma série de atividades políticas: identificação de problemas, organização da agenda, prioridades, formulação, legitimação, implementação e avaliação. A importância desse processo permite estudar como as decisões são tomadas e até como deveriam ser tomadas e, além do conteúdo das políticas, antes é visto nesse método o processo por cujo intermédio elas são desenvolvidas, implementadas ou mudadas.

Portanto, este trabalho examina o conjunto teoria versus prática à luz da experiência do Senar de Pernambuco. A pesquisa nasce da tentativa de visualizar as contribuições do Senar-PE para a melhoria da qualidade de vida da população rural vinculadas ao desenvolvimento sustentável. A pesquisa lança a hipótese de que o Senar-PE desenvolve atividades educacionais salutares para a melhoria das atividades praticadas no agro nacional. A identificação das principais

diretrizes estruturais do Senar-PE e o diagnóstico de sua atuação sob a capacitação profissional dos trabalhadores rurais, via modelo processual, permite contemplar os objetivos deste trabalho.

Revisão de literatura

Políticas públicas

A política é tida como teoria ou conhecimento de fenômenos ligados à regulamentação e controle da vida humana em sociedade, como também à organização e administração de esferas das mais simples às mais complexas. Deste esquema conceitual, define-se também a expressão “política pública” que simboliza, por exemplo, a alocação de valores sociais projetados com metas e práticas que contêm um propósito, segundo Heidemann (2009).

Em termos político-administrativos, a política busca, geralmente, o desenvolvimento de uma sociedade, que resulta de decisões formuladas e implementadas pelos governos dos estados nacionais, subnacionais e supranacionais, em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo as forças de mercado em seu sentido lato. Em seu conjunto, essas decisões e ações de governo e de outros atores sociais constituem o que se conhece com o nome genérico de políticas públicas (Heidemann, 2009).

Como a política pública se define como o conjunto de ações coletivas que concretizam direitos garantidos em legislação, o governo, seu principal articulador, deverá reconhecer os indivíduos atendidos como cidadãos de direito. Isso favorecerá o fortalecimento do estado, a promoção do desenvolvimento, o aumento da equidade e a universalização do acesso aos bens e serviços. Caso contrário, a sociedade se tornará cada vez mais socialmente desigual, excludente e insegura (Silva, 2009).

O governo é observado como principal agente de transformação e implementação de políticas públicas. Esse fomentador de estratégias recolhe demandas sociais para que se transfor-

mem em políticas públicas. No caminho entre a demanda e a formulação da política entra em jogo processos complexos sociais, pois estão presentes o desafio da igualdade, a disponibilidade de recursos e o atendimento a prioridades.

A disparidade entre grupos atendidos e a escassez de recursos geram conflitos sociais, bem como as políticas implantadas que não cumprem os objetivos e precisam ser refeitas ou abandonadas. Com isso, esses desafios para o Estado, sociedade e demais atores são determinantes para a formulação de políticas.

Capacitação profissional

A tendência mundial é de crescente globalização dos mercados. A internacionalização econômica toma cada vez mais forma entre as regiões e agrega forte consolidação da produtividade e da qualidade dentro dos segmentos da economia mundial (Alves & Vieira, 1995).

Diante disso, a previsão é que as empresas adotem processos modernos e dinâmicos de produção como forma de atender eficientemente aos seus propósitos, e a qualificação profissional do trabalhador é o eixo norteador desse processo de expansão. A educação profissional é caracterizada como mola propulsora para a qualidade dos processos e decisões assertivas dentro das organizações, apesar das inúmeras falhas com que o setor educacional convive principalmente nas regiões menos desenvolvidas, onde a escassez de recursos e conflitos de interesses, levando em consideração a política pública, tornam-se mais frequente.

Azevedo (2004) comenta o reforço da identificação da instituição escolar como espaço de formação de agentes sociais, com a função de inserir nos alunos normas, valores e atitudes, responsáveis por sua postura social, que permitirão a eles a participação ativa política e social em meio à complexidade da sociedade atual.

Alves & Vieira (1995) afirmam que o grau de instrução da força de trabalho não é nada animador, pois 53% dela, cerca de 33 milhões

de trabalhadores, tinha até cinco anos de estudo – são considerados necessários, no mínimo, oito anos de estudo para se obter conhecimentos básicos para a atuação profissional.

Destaca-se que essa realidade acarreta o desperdício tecnológico pela incapacidade de a mão de obra usar as técnicas modernas, mas o fato de a escolaridade ser pouco valorizada é um problema é histórico e que caracteriza as regiões mais pobres, conforme Alves & Vieira (1995). E hoje, há necessidade de se enfrentar a questão educacional com a finalidade de melhorar o seu desempenho para obter resultados de médio e longo prazos e, ao mesmo tempo, equacionar uma política de formação profissional que aproxime a qualificação dos trabalhadores do processo educativo formal, consideradas as exigências do setor produtivo. Isso se torna importante tanto para atender ao estoque dos trabalhadores adultos quanto para preparar os jovens, futuros trabalhadores, cujas exigências educacionais serão maiores e complexas.

Objeto da pesquisa

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Pernambuco

A missão do Senar é realizar a educação profissional e a promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do País. Ele oferta atividade educativa variada, específica, e definida em planejamento anual de trabalho, desenvolvido com base nas necessidades de formação profissional rural e promoção social.

As entidades parceiras – sindicatos, empresas, organizações –, em geral atingem a capilaridade almejada pela instituição, contribuindo para o levantamento das necessidades locais de capacitação profissional, promoção social, mobilização e composição das turmas/eventos.

O Senar, criado pela Lei nº 8.315, de 23/12/91 (Brasil, 1991), é uma entidade de direito

privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e administrada por um conselho deliberativo tripartite. Integrante do chamado Sistema S, tem como função cumprir a missão estabelecida por seu conselho deliberativo, composto por representantes do governo federal e das classes trabalhadora e patronal rural. Regulamentado pelo decreto nº 566, de 10 de junho de 1992 (Brasil, 1992), o Senar começou a atuar de fato em todo o País em 1993; em 1994, as Administrações Regionais passaram a atuar de forma descentralizada e autônoma.

Em Pernambuco, os trabalhos começaram em agosto de 1994. O Senar não possui unidades de ensino. Por decisão institucional, as salas de aula são os locais onde o trabalhador e o produtor rural atuam – uma área de plantação, um galpão da propriedade, embaixo de uma árvore e até na casa de um dos participantes do curso. Daí, a grande importância das entidades parceiras, tanto em termos financeiros quanto de estrutura física, material ou humana. Todas as capacitações e cursos do Senar são oferecidos gratuitamente a pessoas do meio rural associadas, direta ou indiretamente, aos processos produtivos agrossilvipastoris.

O Senar-PE oferece mais de 1.500 treinamentos por ano, e suas atividades são voltadas exclusivamente para o campo, com os sindicatos rurais como os principais apoios de estrutura para funcionamento dos projetos. Antes configurado como um membro de um órgão do governo, hoje o Senar se integra de forma mais estruturada e “independente”, com responsabilidades, ao desenvolvimento rural.

Ao formar profissionais e promover o aspecto social do meio rural, o Senar contribui efetivamente para o aumento da renda, integração e ascensão social, a partir dos princípios de sustentabilidade, produtividade e cidadania, colaborando também para o desenvolvimento socioeconômico do País. Segundo o Relatório de Prestação de Contas do Exercício 2013 do Senar-PE,

Quanto às áreas de atuação, são duas: a Formação da Educação Profissional e a Promoção Social. A primeira consiste num processo educativo, não formal e participativo, que possibilita a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes ao indivíduo para o desempenho de uma ocupação, tendo como Natureza da Programação a Aprendizagem Rural, a Qualificação Profissional Básica, o Aperfeiçoamento e a Atualização dos trabalhadores e produtores rurais. A PS consiste na realização de atividades que visam ao desenvolvimento de aptidões sociais e pessoais dos produtores e trabalhadores rurais e suas famílias, numa perspectiva de maior qualidade de vida, consciência crítica e participação na vida da comunidade. Os seus eventos estão distribuídos nas seguintes Áreas de Atividade: Saúde, Alimentação e Nutrição, Artesanato, Organização Comunitária, Cultura, Esporte e Lazer, Educação e Apoio às Comunidades Rurais (Senar, 2013b).

A análise das ações do Senar-PE será estabelecida como base no emprego do modelo processual. O fluxograma do Senar, por possuir estrutura enxuta, favorece a comunicação interna e a dinâmica das propostas e decisões (Figura 1).

Conforme Constituição e Natureza da Entidade do Senar (2013a), a partir de 1994 suas Administrações Regionais passaram a atuar de forma descentralizada e autônoma, uma vez que a Administração Central potencializa a capacitação metodológica de instrutores, mobilizadores e supervisores.

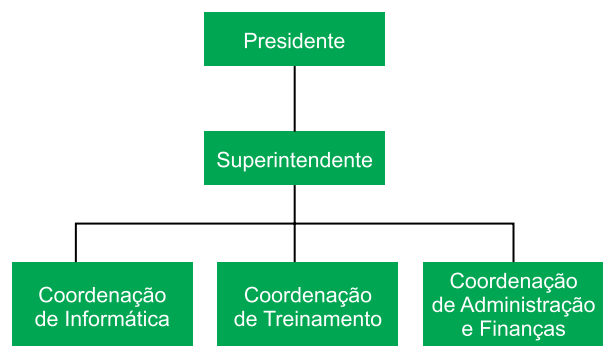


Figura 1. Fluxograma do Senar-PE.

Metodologia

Este trabalho usou a pesquisa documental e a aplicação de entrevista estruturada, com uma abordagem qualitativa sob o modelo processual sobre o Programa Empreendedor Rural (PER). O modelo processual permite organizar em suas etapas alguns dos processos de funcionamento do Senar-PE, com uma abordagem da elaboração de determinados projetos. Como visto, as atividades do órgão são voltadas para o campo, isentando unidades físicas, exceto a sede administrativa, localizada em Recife. É inserida em cada etapa do modelo de processo a diluição das informações extraídas conforme a entrevista estruturada feita com a coordenadora de treinamento, Sra. Monica Pimentel, e principais informações documentais.

Modelo processual

Os processos e comportamentos políticos têm absorvido a atenção central da ciência política por várias décadas. Desde a Segunda Guerra Mundial, a moderna ciência política “comportamental” vem estudando as atividades dos eleitores, grupos de interesse, legisladores, presidentes, burocratas, juízes e outros atores políticos. Um de seus principais objetivos é descobrir padrões identificáveis de atividades ou “processos”. Alguns cientistas tentaram agrupar atividades com base em sua relação com as políticas públicas (Dye, 1999).

No que diz respeito à análise política nos países em desenvolvimento, para Frey (2000) é preciso levar em consideração o fato de que o instrumento analítico-conceitual foi elaborado nos países industrializados e, portanto, é ajustado às particularidades das democracias. O autor defende a ideia de que as especificidades socioeconômicas e políticas das sociedades não podem ser tratadas como fatores isolados; é necessária uma adaptação do conjunto de instrumentos de análise de políticas públicas às condições peculiares sociais de cada país.

A garantia de inter-relação de fatores constrói e fortifica a implementação de uma política

que alcança a maior parte da demanda e das necessidades vistas como prioridades e alvo de avanços mais significativos. Partindo desse pressuposto, todo processo garante uma análise mais apurada de uma determinação ação, o que ocasiona a percepção detalhada de etapas, desde sua ideia, como demanda ou como necessidade de aperfeiçoamento, até a ação de fato daquele plano.

Reconhece-se a utilidade de compreender a política pública como um conjunto de etapas do processo político-administrativo – formulação, implementação e avaliação. Ao subdividir uma política pública em etapas administrativas, o analista poderá apreender melhor os diversos aspectos, de natureza econômica, social, ambiental e política, que envolvem a tomada de decisão. Mas a subdivisão da análise de políticas públicas em etapas não significa que cada fase deve ser vista de forma independente, conformando assim uma sequência linear. Há uma interdependência de recursos e informações entre as fases, o que torna o processo interativo. Além disso, o Estado não é o único ator que pode contribuir com a análise de políticas sob a ótica processual. Essa noção deve ser conjugada a uma construção política e social na qual as políticas públicas também devem ser analisadas pela dinâmica das relações entre Estado, sociedade e mercado (Ferreira, 2011).

Quanto à prática cotidiana do pesquisador ou analista de políticas públicas, não se deve negligenciar o fato de que as próprias circunstâncias referentes aos interesses do solicitante da pesquisa e às constelações das forças políticas, e também às limitações dos recursos disponíveis (financeiro, humano, tempo), costumam influenciar o processo de formulação do projeto (Frey, 2000).

Esse modelo oferece também o entendimento das várias atividades envolvidas na formulação de políticas: montagem da agenda (captação de atenção dos formuladores); formulação de propostas (opções das políticas); legitimação de políticas (desenvolvimento de apoio político); implementação da política burocracia,

recursos, cumprimento de leis, e avaliação (verificação do funcionamento das políticas).

Modelo analítico

Pretende-se listar as medidas levantadas pelo próprio Senar-PE, permitindo assim pontuar e atribuir em etapas o funcionamento de alguns projetos principais. Algumas propostas foram delimitadas para permitir melhor adaptação ao desenvolvimento da pesquisa. O modelo aplicado aos programas do Senar-PE, mais especificamente ao Programa Empreendedor Rural, consiste destes passos:

- Identificação de problemas
- Seleção dos programas e deliberação
- Formulação dos programas
- Legitimação dos programas
- Implementação dos programas
- Avaliação dos programas.

Essa linha, oriunda do modelo tradicional, torna-se aplicável aos programas desenvolvidos pelo Senar.

Levantamento de dados

A pesquisa consiste numa busca de informações via entrevista estruturada, que possibilitou extrair informações de diversos setores do Senar, com mediação da Coordenação de Eventos do Senar-PE. As informações compõem assim a estruturação das ideias que configuram a análise processual.

Os dados, restritos ao programa Empreendedor Rural, foram levantados da Coordenação do Senar-PE e de documentos oficiais – site oficial⁴ e a cartilha de cursos *Construindo o Futuro do Profissional do Campo*.

⁴ Disponível em: <www.senar-pe.com.br>.

Análise e aplicação do modelo processual

Identificação de problemas

A adequação do modelo analítico à realidade do Senar-PE inicia-se com a identificação dos principais gargalos das atividades rurais:

- Deficiência da fiscalização de notas fiscais da comercialização de produtos agrícolas, o que acarreta redução de arrecadação oficial.
- Fenômenos da natureza – secas, queimadas e outros fatores –, que comprometem o fluxo de produção natural e exigem o uso de técnicas contingenciais.
- Instabilidade de pequenos produtores.
- Evasão da classe juvenil do campo para a cidade.
- Produção e atividades concentradas – região metropolitana e vale do São Francisco.
- Falta do espírito empreendedor no campo.
- Falta de orientações mais eficientes para as atividades rurais e de técnicas e procedimentos para o gerenciamento eficaz.
- Limitação da visão holística da produção rural com o mercado.
- Fragilidade do gerenciamento da produção rural.

Agenda de deliberação

A instabilidade de pequenos produtores, a falta de espírito empreendedor no campo, a fragilidade do gerenciamento das produções e a evasão dos jovens do campo para a cidade motivaram ações que almejassem o empreendedorismo no campo, que resultaram na proposta do Programa Empreendedor Rural.

Formulação de propostas⁵

Objetivo

O Programa Empreendedor Rural aborda a gestão da propriedade rural e o empreendedorismo das pessoas do meio rural. Estimula a formação de lideranças, para gerenciar custos, elaborar projetos, em suma, estruturar a propriedade rural como uma empresa e desenvolver a aprendizagem rural com as famílias no campo – as turmas têm no máximo 15 participantes, com idade mínima de 18 anos.

Metas

Inserir técnicas para o bom desempenho das atividades rurais, padronizar o gerenciamento da produção, inovar e renovar as relações de trabalho e a questão familiar, além de garantir a formação de turmas com 80% de rendimento. Para isso, conta-se com a integração de órgãos e entidades públicas e privadas, com capacidade instalada para execução das atividades.

No quesito de aprendizagem rural e formação de turmas, a meta de 2016 foi de seis turmas de 15 alunos cada.

Abrangência

Todo o Estado de Pernambuco tem potencial para receber os recursos e atividades do Senar, cabendo a cada região se articular para obter a qualificação. A forte capilaridade de atuação da instituição viabiliza o atendimento aos 184 municípios do estado e ao arquipélago de Fernando de Noronha. Destacam-se a região do Vale do São Francisco e a metropolitana. A Tabela 1 mostra os municípios mais beneficiados pelo PER.

Participantes

Os sindicatos rurais são os principais parceiros do Senar. Além deles, há diversos órgãos municipais, como prefeituras e centros de treinamento.

Execução

O PER está inserido no setor de Programas Especiais do Senar, área de Administração Rural. O Senar é a escola que tira a tecnologia das prateleiras para levá-la ao campo onde há necessidade e aplica as pesquisas onde há demanda. Os cursos têm carga horária de 136 horas e

Tabela 1. Principais municípios pernambucanos beneficiados pelo PER/Senar.

Programa Empreendedor Rural				
Ano	Município			
2009	Serrita	Escada	Recife	
2010	Bodocó	Ouricuri	Trindade	Garanhuns
	Taquaritinga do Norte	São José do Belmonte	Araripina	
2011	Buíque	Correntes	São José do Belmonte	Santa Filomena
2011	Ouricuri	Santa Cruz	Garanhuns	Parnamirim
2012	Serrita	Parnamirim	Ouricuri	Santa Filomena
2012	Granito			
2013	Parnamirim			
2014	Araripina	Quixaba	Afogados da Ingazeira	
2015	Camocim de São Felix	São José do Egito	Serrita	

⁵ Organizado com base no Relatório de Prestação de Contas do Exercício de 2013 do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Pernambuco.

160 horas, com aulas presenciais ou a distância e com material de apoio para consulta.

O Senar opera de forma diversa das demais entidades do Sistema S. Possui unidades de atendimento pulverizadas no estado e atua conforme a demanda do solicitante, com o atendimento no próprio posto de trabalho dos beneficiários. Os cursos possuem viés prático, cuja demanda é atendida no mês subsequente à solicitação – prazo exigido para a formação do plano de trabalho. Os cursos, realizados durante o ano, variam de acordo com as condições climáticas, mercado rural, necessidade local e outros fatores atemporais.

Custos

Os eventos do Senar são financiados, em sua grande maioria, por recursos da contribuição compulsória de produtores rurais, tanto sobre a comercialização de produtos quanto sobre a folha de pagamento da empresa rural – 80% dos recursos retornam ao produtor na forma de treinamentos e cursos de formação profissional, assistência técnica e ações de promoção social. As atividades podem ser subsidiadas também por parcerias e convênios com instituições privadas ou governamentais.

Os custos dos cursos alocados, cerca de 135, giram em torno de R\$ 25.000,00, e o Senar investe cerca de 3 milhões de reais nos programas.

A flexibilidade de captação de recursos e o grande leque de parceiros permitem ao Senar racionalizar determinados recursos. Geralmente, a despesa realizada é inferior à despesa prevista. Em 2016, por exemplo, para a educação de jovens e adultos no campo, a despesa prevista foi de R\$ 250.000,00, e a realizada, de R\$ 130.403,99.

Parcerias para o uso de espaços físicos, materiais didáticos e outros podem reduzir custos, mas os deslocamentos de profissionais e a remuneração de recursos humanos e afins estão dentro da previsão orçamentária.

A distribuição orçamentária da contribuição social é esta:

- 80% para as atividades de formação profissional e promoção social.
- 20% para as despesas de custeio e investimento.

O setor de programas especiais contempla o PER em natureza de Curso em Qualificação Profissional Básica. A prestação de contas do PER, conforme o Relatório de Gestão Senar-PE, para 2014, mostra os valores seguintes:

Ano: 2014

Turmas: 6

Matriculados: 120

Concluintes: 113

Carga horária: 960

Custo: R\$ 185.208,95

Legitimação das decisões em relação ao PER⁶

- O PER é definido, pelo Conselho do Senar-PE, para alocação de recursos humanos, de financiamento, de material didático e de estrutura física.
- São concedidos os instrutores para a grade curricular por convocação via edital.
- Resolução nº 031/13/CD, de 21/3/2013 – formaliza a implantação dos programas propostos: ações de formação profissional, promoção social e assistência técnica.
- Instrutores – o Senar os adotará na condição de contratado por órgão ou entidade da administração pública, do setor privado, ou de instituições internacionais, para condução direta de projetos específicos, mediante financiamento total ou parcial do órgão, entidade, ou instituição contratante. A execução contratada, como forma

⁶ Organizado a partir do Relatório de Prestação de Contas do Exercício de 2013 do Senar-PE.

de ação indireta do Senar, será exercida mediante ajustes com estabelecimentos de ensino, órgãos e entidades públicas ou privadas, organizações que congreguem trabalhadores e produtores rurais e outras instituições similares que tenham capacidade de exercer as atividades de formação profissional rural e promoção social na forma preconizada pelo Senar.

- Decreto nº 790 de 1993 – constitui a renda prevista para o Senar nacional, contribuição mensal compulsória a ser recolhida à Previdência Social de 2,5% sobre o montante de remuneração paga a todos os empregados pelas pessoas jurídicas de direito privado, que exerçam atividades agroindustriais, pecuárias, extrativistas vegetais e animais, cooperativistas e sindicais patronais rurais; e demais porcentagens de doações, subvenções, rendas eventuais.

Para este trabalho técnico-educativo, foram levantadas também informações dos relatórios dos supervisores de treinamentos nos acompanhamentos dos eventos, dos relatórios dos instrutores ao concluírem seus trabalhos e das informações emitidas pelos parceiros oficiais, solicitantes e mobilizadores dos eventos – sindicatos rurais, associações de classes, empresas agropecuárias e agroindustriais, institutos federais, universidades, prefeituras, serviços de apoio, produtores rurais e outros –, que contribuem para a confecção do Plano Anual de Trabalho (Senar, 2013a).

Implementação do programa

Todas as informações estão no site oficial do programa. O Senar dispõe de agentes que atuam no processo de planejamento, operacionalização e avaliação da ação educativa – são os superintendentes e as equipes técnicas das Administrações Regionais, os supervisores, os instrutores e os mobilizadores.

Em 1994, as Administrações Regionais passam a atuar de forma descentralizada e autô-

noma, e a Administração Central inicia em todo o País a capacitação metodológica de instrutores, mobilizadores e supervisores (Senar, 2013a).

O agente mobilizador atua com o público do Senar, com atribuições que vão desde a seleção de pessoas e composição de turmas até a preparação do cenário educativo.

O instrutor é o mediador do conhecimento e da prática profissional com os produtores, trabalhadores rurais e suas famílias. São profissionais multidisciplinares, como agrônomos, veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas, artesãos e profissionais da saúde, selecionados pelas Administrações Regionais. Eles passam por um processo de cadastramento, credenciamento, formação e supervisão.

O supervisor é o elo entre os demais agentes, a instituição e os parceiros. Atua de forma educativa, preventiva e corretiva. A captação de recursos, parcerias, e demandas são contribuições importantes dos coordenadores e supervisores. O elo entre os parceiros e a realidade do campo garante um melhor alinhamento do emprego de recursos para estruturar os cursos.

O recrutamento de instrutores é por meio de edital, geralmente selecionados são profissionais com ensino técnico ou superior em áreas relacionadas ao empreendedorismo rural, administração rural e gestão – a seleção é trimestral.

Segundo o Senar-PE (2013b), a contribuição financeira sobre a comercialização da produção agropecuária é de 0,20% para pessoa física e de 0,25% para pessoa jurídica. Esses recursos viabilizam a realização dos eventos de capacitação de forma gratuita.

Avaliação do programa

Avaliação de processo

A metodologia de aprendizagem e transmissão de conhecimento se consolida e se adapta ao mercado dinâmico, para promover a interação entre o aprendizado teórico e prático, e de acordo com a cultura rural específica de

cada comunidade. São 99 salas de inclusão digital, distribuídas em 99 municípios de 25 estados, e mais quatro unidades móveis equipadas.

Avaliação de resultados

Os resultados atendem aos objetivos e contempla as necessidades, com sucesso. O programa promove a retenção de colaboradores no campo, atraindo-os para a produção rural, fomentando-a com novas técnicas de gestão, e isso com cerca de 80% de aproveitamento educacional. As implantações são claras, dinâmicas e acessíveis ao nível de escolaridade, à sensibilidade do nível cultural dos participantes e a suas habilidades, associando-as às novas e melhores técnicas. No total, 157 mil alunos, de todas as regiões do País, já foram capacitados em 17 cursos de educação a distância do Senar-PE, e 4,5 mil dirigentes e colaboradores de sindicatos, capacitados pelo programa Sindicato Forte.

Discussão

Este trabalho usa o modelo processual para analisar as ações do Senar-PE, centrando-se em apenas dois dos inúmeros projetos desenvolvidos pelo órgão, sempre voltados para a educação profissionalizante no campo.

Com dados do próprio serviço, foi possível listar os principais problemas encontrados e, em seguida, formar uma agenda, isto é, identificar as prioridades e trabalhá-las como ações a serem desenvolvidas. Depois, houve a identificação e legitimação das propostas solidificadas para, em seguida, distribuir os recursos para a realização do projeto. Por fim, veio a etapa de avaliação, que aperfeiçoará as diretrizes e promoverá melhorias no processo de implementação e de execução.

Os conselhos diretores se reúnem trimestralmente para discussão e definição dos cursos a serem oferecidos. Decidem também sobre revisão de cursos e sobre lançamento de editais para a rotatividade dos instrutores. Os projetos tornam-se pauta depois da articulação de parcerias e considerando as limitações do campo. Todos os projetos são voltados para educação

no campo e primam pela transmissão/compartilhamento de conhecimento.

A expansão das atividades do Senar, conforme entrevista, são resultado da atuação dos coordenadores que estão em constante contato com os diversos municípios e distritos, captando informações e resgatando demandas.

As centenas de cursos oferecidos são autorizadas pelo Ministério da Educação, e financiados através do fornecimento de material didático e técnicas de aprendizagem. Além dos treinamentos e cursos, como o Jovem Aprendiz, em parceria com empresas e colaboradores, o Senar desenvolve a capacitação em fruticultura, cana-de-açúcar e avicultura, por exemplo. Em Bezerros, PE, o curso técnico em agronegócio é o primeiro do estado oferecido pelo Senar.

A evasão é praticamente zero, pois nas turmas não há queda do número de membros, e o quadro permanece geralmente o mesmo desde o início até o fim das atividades. Acredita-se que as razões disso sejam estas: a maioria dos cursos são de curto prazo, o local é acessível e o assistencialismo é excelente, pois, além da transferência de conhecimento, há material de apoio, certificações, e, algumas vezes, alimentação em horário de treinamento.

A interligação entre os projetos expostos é uma amostra do cuidado da aprendizagem rural do Senar, pois, mesmo com projetos de linhas distintas ou em áreas isoladas, buscam sempre o ponto final: a realização da educação profissional aliada à promoção social do meio rural.

Destaca-se em suas diretrizes o acesso das famílias a práticas saudáveis no campo, à redução da degradação do ambiente, com ajuda da tecnologia e da legislação ambiental, esta intrínseca nos módulos do órgão.

Constatou-se evolução positiva nesse órgão rural, que mostrou dinamicidade em relação às novas demandas de mercado e na atuação próxima aos parceiros e participantes (alunato). Esta pesquisa mostrou que os problemas diagnosticados estão sob tratamento das próprias políticas e, nesse sentido, os resultados apontam

sempre para melhorias do que se identificou e montou como agenda de deliberação.

No passado, o tradicionalismo rural era uma marca forte enraizada sempre na hierarquia familiar, em que os pais mantinham seus familiares produzindo exclusivamente no campo. Mobilizavam todos os seus entes em uma atividade que era iniciada por toda a família, sempre padronizada, sem que houvesse aprendizado ou desenvolvimento com outros setores da economia.

O treinamento em si é algo ainda escasso na agricultura e no campo em geral. Hoje, o jovem é fundamental para a mudança e o desenvolvimento do aprendizado rural, pois o campo está integrado com a economia urbana e usa equipamentos, tecnologias e técnicas que antes o meio rural não conhecia. E o Senar-PE volta-se para a família rural, com essa percepção, moldando no alunato novas formas de desenvolver o campo, com retorno e sustentabilidade. Com isso, o sucesso dos programas do Senar não é resposta apenas da sua estrutura, mas também do seu novo público-alvo.

Conclusão

A qualificação profissional rural é praticada em um setor que move fortemente a economia nacional. O levantamento teórico sobre questões educacionais permitiu compreender melhor as esferas do estudo, e a análise processual com base nas atividades realizadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Pernambuco mostrou-se importante, pois há uma estrutura planejada e direcionada a esse setor, que muitas vezes é pouco valorizado dentro da economia regional. A atuação do Senar é vista como vitoriosa, pois a aproximação entre suas metas e os resultados visualizados montam um cenário positivo dentro da aprendizagem rural.

A abordagem desenhada no modelo processual permitiu levantar críticas e, dessa forma, relacionar possíveis nortes para, com a ajuda de políticas públicas, serem usados para o aperfeiçoamento e o melhor andamento dos projetos idealizados.

Referências

- ALVES, E.L.G.; VIEIRA, C.A. dos S. Qualificação profissional: uma proposta de política pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.12, 1995. (IPEA. Texto para discussão, 376).
- AZEVEDO, J.M.L. de. **A educação como política pública**. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992. Aprova o Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 11 jun. 1992.
- BRASIL. Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 24 dez. 1991.
- DYE, I. **Grounding grounded theory**: guidelines for qualitative inquiry. San Diego: Academic, 1999.
- FERREIRA, P.A. **Gestão de políticas públicas**: uma proposta de modelo processual de análise. Lavras: Ed. da UFLA, 2011.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.21, 2000.
- HEIDEMANN, F.G. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed. da UnB, 2009.
- SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Pernambuco. **Administração Regional do Estado de Pernambuco**. 2013a. Disponível em: <www.senar-pe.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Pernambuco. **Relatório de prestação de contas do exercício de 2013**. 2013b. Disponível em: <www.senar-pe.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- SILVA, D. de S.F.; FRENEDOZO, R. de C. **Análise dos impactos de um programa educacional no processo de formação de adolescentes**. São Paulo: Unicsul, 2009.